



A temática da proteção de dados pessoais é transfronteiriça, plúrima e dinâmica. Esse contexto profuso demanda instrumentos regulatórios inclusivos, juridicamente seguros e aptos à colaboração efetiva entre os envolvidos, à conformidade organizacional normativa e ao desenvolvimento de condutas socioambientalmente sustentáveis e transparentes de tratamento. Ao agente regulador cabe regulamentar, supervisionar e conduzir o ambiente regulatório de forma responsável com incentivo à formação de culturas internas protetivas dos dados, da privacidade e mais autossuficientes. A partir dessa visão, a obra analisa a aplicação e o controle dos instrumentos autorregulatórios previstos na LGPD em três partes e quatro capítulos. A autora investiga a formação e a estruturação das regras de boas práticas e de governança em privacidade nos setores privado e público, desde a parte histórica e principiológica, passando pelos requisitos (formais, materiais, subjetivos), a natureza jurídica, vantagens e desvantagens, para desenvolver a racionalidade dos mecanismos de controles interno e estatal a serem aplicados. O livro oferece ao(à) leitor(a) amplo referencial teórico e legislativo, comparativo com a experiência europeia, figuras e quadros didáticos, aplicações conceituais, soluções jurídicas como o ASR e de governança regulatória, exames aos projetos de lei em curso e à futura regulação da inteligência artificial no Brasil, em direção à maior segurança jurídica das formulações do artigo 50, da LGPD.

TATIANA MEINHART HAHN

Prefácios

Ricardo Campos
Ingo Wolfgang Sarlet

Apresentações

José Sérgio da Silva Cristóvam
Daniela Copetti Cravo

REGRAS DE BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE NA LGPD

Conceitos, controles e projeções

Área específica da obra

Direito Regulatório.

Áreas afins do livro

1. Direito Público.
2. Lei Geral de Proteção de Dados.
3. Dados pessoais.
4. Direito regulatório.
5. Direito administrativo.
6. Direito digital.

Palavras-chave

Proteção de dados. Regras de boas práticas. Governança em privacidade. LGPD. Dados pessoais. Autorregulação. Governança de dados pessoais. Código de Condutas. Códigos de Boas Práticas. Corregulação.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3464

H148r Hahn, Tatiana Meinhart

Regras de boas práticas e governança em privacidade na LGPD: conceitos, controles e projeções / Tatiana Meinhart Hahn. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

438 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-809-7

ISBN digital 978-65-5518-819-6

1. Código de condutas. 2. Proteção de dados. 3. Regulação. 4. Autorregulação. 5. Governança de dados pessoais. 6. Códigos de boas práticas. 7. LGPD. 8. Regras de governança. 9. Governança em privacidade. 10. Dados pessoais. 11. Corregulação. I. Título.

CDD: 340.0285

CDU: 34:004

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HAHN, Tatiana Meinhart. *Regras de boas práticas e governança em privacidade na LGPD: conceitos, controles e projeções*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 438 p. ISBN 978-65-5518-809-7.

Tatiana Meinhart Hahn

Procuradora Federal (2014). Atua no contencioso prioritário e é colaboradora do Laboratório de Inovação da AGU (Labori). Mestre em Direito Administrativo no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (2022). Especialista em Direito Público (2008) e *Master Business Administration* em Comércio e Relações Internacionais (2007). Palestrante. Pesquisadora em direito administrativo contemporâneo com ênfase em regulação digital e em proteção de dados pessoais. Coeditora da *Revista da ANAFE*. Integra o Conselho Editorial da *Revista Lex de Direito Administrativo*. Estudou na *Università degli Studi di Roma*, Itália, na *Universidad Argentina de la Empresa* e na *Fundación Federal de Estudios Superiores*, em Buenos Aires. Foi professora de Direito Administrativo. Foi Procuradora Municipal (2011/2014).

SUMÁRIO

PREFÁCIO		
Ricardo Campos	25	
PREFÁCIO		
Ingo Wolfgang Sarlet	29	
APRESENTAÇÃO		
José Sérgio da Silva Cristóvam	33	
APRESENTAÇÃO		
Daniela Copetti Cravo	39	
INTRODUÇÃO	41	
PARTE I		
CONCEITOS		
CAPÍTULO 1		
CONCEITOS PRÉVIOS À FORMULAÇÃO AUTORREGULATÓRIA NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL		53
1.1	A participação no direito administrativo contemporâneo	54
1.2	A regulação do direito fundamental à proteção de dados pessoais no Brasil: elementos históricos e principiológicos	68
1.3	A pré-história legislativa do artigo 50, da LGPD	88
1.4	Condutas autorregulatórias em proteção de dados pessoais	113
1.4.1	Conduta responsável	114
1.4.2	Conduta transparente multifocal	123
1.5	Síntese conclusiva: o artigo 50 como propulsor da cultura de proteção de dados pessoais na LGPD	130
CAPÍTULO 2		
CONCEITOS APLICÁVEIS À ESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE BOAS PRÁTICAS E DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE NA LGPD		135
2.1	A extensividade do princípio da prevenção	140
2.2	Entre a regulação pública e a privada: o regulado como regulador	152
2.3	Distinções conceituais autorregulatórias na LGPD	164
2.3.1	Categorias de boas práticas e conceito de regras de boas práticas	167
2.3.2	Natureza jurídica das regras de boas práticas e regras de governança em privacidade	180
2.3.3	Programa de governança em privacidade e a governança de dados pessoais	184
2.3.4	Padrões técnicos	197
2.4	Requisitos legais às formulações do artigo 50, da LGPD	204
2.4.1	Formais e materiais	204
2.4.2	Subjetivos	211
2.5	Aplicação autorregulatória na LGPD: vantagens e desvantagens	226
2.6	Síntese conclusiva: a supervisão regulatória estatal ao <i>enforcement</i> autorregulatório	240
PARTE II		
CONTROLES		
CAPÍTULO 3		
REGULAMENTAÇÃO DAS REGRAS DE BOAS PRÁTICAS E DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE NA LGPD		245
3.1	O autocontrole e a autogovernança	252

3.2	Discrecionariedade e segurança jurídica: a função regulatória na proteção de dados	256
3.3	A teoria responsiva na LGPD	272
3.4	Monitoramento, supervisão e sanção.....	297
3.5	Monitoramento e supervisão na autorregulação regulada: as influências do RGPD na LGPD.....	300
3.6	Estudo de caso: <i>European Union Data Protection Code of Conduct for Cloud Service Providers</i> (EUCloud)	311
3.7	Síntese conclusiva: a autorregulação na LGPD: do cenário internacional a uma realidade brasileira da proteção de dados pessoais.....	314

PARTE III PROJEÇÕES

CAPÍTULO 4

PROJEÇÕES À REGULAMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AUTORREGULATÓRIOS NA LGPD.....		319
4.1	Proposta de supervisão pela ANPD das regras de boas práticas e de governança em privacidade na LGPD	319
4.2	Análise de suficiência regulatória (ASR): um direito decorrente do art. 50, da LGPD	328
4.2.1	A concretização da normatividade autorregulatória pela ASR.....	330
4.3	Proposta regulamentar: a regulamentação do artigo 50, §3º, da LGPD	332
4.4	Proposta legislativa de inclusão dos artigos 51-A a 51-D à LGPD	338
4.5	Propostas legislativas com projeções no art. 50, da LGPD	348
4.6	<i>Enforcement e accountability</i> das regras de boas práticas e de governança em privacidade na LGPD	359
4.7	Autorregulação da LGPD no setor público: governança regulatória e em privacidade no tratamento de dados pessoais	367
4.8	Síntese conclusiva do capítulo: a concretização da regulamentação do artigo 50 como propulsora da LGPD e como alicerce aos futuros desafios da ANPD	376
CONCLUSÃO.....		381
REFERÊNCIAS.....		395

ANEXOS

ANEXO A

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 6.212, 27 DE NOVEMBRO DE 2019.....	427
--	-----

ANEXO B

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 3.034, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.....	429
--	-----

ANEXO C

TRECHO DA REDAÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 2.338, DE 3 DE MAIO DE 2023.....	431
--	-----

ANEXO D

TRECHOS DA REDAÇÃO COM EMENDA DO PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 2.338, DE 3 DE MAIO DE 2023, SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI QUE DISPÕEM SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL	433
---	-----